Revista TransVersos

PATRIMÔNIOS POSSÍVEIS: MODERNIDADE E COLONIALIDADE NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

Luciana Christina Cruz e Souza
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
lucriscsouza@gmail.com

Resumo:

Refletimos acerca da colonialidade no campo do patrimônio e as possibilidades de constituição de novos paradigmas para as políticas de preservação. Consideramos, para a reflexão, a tradição de uma predominância intelectual de determinados códigos e uma concentração de agentes provenientes de específicas áreas que se revelam responsáveis, ou se consideram aptos à condução da seleção de bens culturais e das práticas de preservação desses bens. Este artigo convida a refletir sobre as relações de colonialidade que atravessam o campo e as possibilidades de novas e outras construções teóricas e práticas.

Palavras-chave: patrimônio; modernidade; colonialidade; legitimidade.

Abstract:

We reflect on the coloniality in the heritage field and the possibilities of new paradigms for preservation policies. As a theme for reflection, we consider the tradition of an intellectual predominance of certain codes and a concentration of agents coming from specific areas that are shown to be responsible, or at least considered fit, to conduct the selection and preservation of cultural goods. This article invites us to think about the relations of coloniality that cross the field and the possibilities of new and other theoretical and practical constructions.

Keywords: heritage; modernity; Coloniality; legitimacy.

1 – Patrimônio, modernidade e colonialidade

A expressão "Patrimônios possíveis" revela a existência de dúvidas ou inexatidão em relação ao que denominamos e trabalhamos como patrimônio. Uma expressão que oferece diferentes, contraditórias e tensas possibilidades, atravessada por sistemas de ideias que não se separam do debate acerca do que se convencionou chamar de *modernidade* e *pós-modernidade*. Ou melhor, estão diretamente associados às discussões que cercam a noção de "colonialidade", a qual abarca, entre outras coisas, a dimensão epistêmica do tema. O possível é sinônimo de provável, do que talvez exista ou vá existir. Palavra que remete à possibilidade de algo se efetue, à potência. "Patrimônios possíveis" é, portanto, a enunciação de outras formas de teorizar, discursar, e atuar sobre o patrimônio, dando ênfase maior à teoria que se produz no Sul-global, especialmente na América Latina, em destaque no Brasil.

Nesse âmbito das "possibilidades", parece interessante às diferentes disciplinas que atuam sobre o que aqui chamaremos de "campo do patrimônio" - a partir da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu – a escolha por se operar com a noção de "colonialidade" – conceito elaborado pelo peruano Anibal Quijano – na iniciativa de se atentar para as especificidades da experiência colonial e suas ressonâncias sobre a experiência material e subjetiva mesmo após a descolonização formal.

Toma-se de empréstimo a noção de campo trabalhada por Pierre Bourdieu (1982) enquanto estrutura de princípios e hierarquias dentro de espaços sociais que trazem em seu bojo dinâmicas, relações, determinadas e determinantes. A ideia de "campo do patrimônio" revela-se como como uma classe teórica – um agrupamento abstrato, produto de decisões teórico-metodológicas. O campo em referência apresenta um variado leque de disciplinas acadêmicas, equipamentos culturais, institutos públicos e privados, agentes do Estado, organismos supranacionais, entre outros elementos que afetam e são afetados por esquemas objetivos de funcionamento das coisas, dentro de cadeias de comportamentos, valores, códigos e hierarquizações. Se referem, portanto, a agrupamentos reais, constituídos como tais na realidade, cujas atividades e suas representações, organizadas pelo pesquisador, possibilitam a configuração de uma estratégia analítica.

A escolha de Bourdieu, contudo, não está isenta ela própria de críticas a respeito de sua colonialidade: coloca-se em cheque a matriz eurocêntrica das correntes de pensamento modernas que acabam por reproduzir relações de poder. Por outro lado,

reconhece-se aqui a importância de se pensar estruturas e dinâmicas societais para desnaturalizar um padrão global de poder – capitalista, moderno, científico e centrado no Norte global.

A partir da noção de colonialidade, Aníbal Quijano (2005, 2010) opera com ideias que não refutam as estruturas estruturantes *bourdieuanas*, mas dialoga com as mesmas a partir da menção a "tendências gerais de conjunto", "poder societal" e "autonomia relativa". Ainda assim ele reafirma o papel das especificidades internas a uma sociedade na relativização da autonomia, abarcando as formas coloniais de dominação que permaneceram através das culturas coloniais.

> Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado (QUIJANO, 2010: p.73)

O conceito compreende a existência de um padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado, posteriormente estendido por Mignolo para uma dimensão tríplice: poder, saber e ser (BALLESTRIN, 2013). Dessa extensão formulou-se o pensamento de que a colonialidade seria o lado necessário da modernidade, indissociavelmente constitutiva.

Abordar a questão do patrimônio sob esse prisma implica em reiterar a necessidade/importância de tratar o sujeito da ciência enquanto objeto da ciência na perspectiva crítica de autores provenientes do Sul global que identificam a geocentralidade do conhecimento produzido no Norte global[1]. "Não há, portanto, nada socialmente menos neutro que a relação entre o sujeito e o objeto. O importante é saber como objetivar a relação com o objeto de maneira a que o discurso sobre o objeto não seja uma simples projeção de uma relação inconsciente com o objeto"

[1] Importa destacar que tais países enquadrados no que se entende como "Norte global" são aqueles que não estão abarcados no processo de cooperação Sul-Sul, ou seja, tratam-se de países hegemônicos no capitalismo global, geolocalizados no hemisfério Norte, em especial os países da Europa e os Estados Unidos, e onde se concentram os recursos intelectuais e científicos, em oposição aos países que anteriormente eram classificados como "Terceiro Mundo" e hoje são comumente denominados como Sul global (SANTOS, 2010).

(BOURDIEU, 1983: p.88). Sendo assim, recorre-se a Bourdieu para pensar a nossa própria sócio-análise enquanto pesquisadores do patrimônio, considerando as influências de uma estrutura social que antecede o indivíduo e contribui na construção de suas disposições no mundo.

Adotando a perspectiva *bourdieuana* de que todas as produções culturais – aqui destaca-se a produção acadêmica como uma produção cultural, tal qual a arte, a literatura, etc. – são objetos de análises com pretensões científicas (BOURDIEU, 2004b), é possível operacionalizar a dinâmica do campo científico pensada por Pierre Bourdieu na análise do campo do patrimônio, considerando as diferentes disciplinas acadêmicas que marcaram a construção discursiva sobre o patrimônio na história do Ocidente.

Mas tal exercício nos exige um posicionamento crítico/autocrítico, a partir do qual remetermos à autora australiana Raewyn Connell (2010) quando a mesma chama a atenção para o expressivo desequilíbrio na produção das Ciências Sociais no mundo inteiro: as ideias que fundamentam os trabalhos, os argumentos de autoridade, os conceitos fundamentais, as leituras consideradas imprescindíveis para a realização de pesquisas referem-se ao Norte global. Os programas de curso, segundo ela, têm uma bibliografia europeia e norte-americana, o que indica uma necessidade urgente de reorganização intelectual. Segundo ela, uma sociologia crítica das ciências sociais para que todo mundo possa falar com autoridade epistêmica de qualquer lugar global (HAMLIM & VANDENBERGHE, 2013).

Nesse sentido, "falar sobre o patrimônio" também nos remete a essa hegemonia europeia mencionada por Connell. A literatura conhecida marca a origem do termo e do tema na Europa, o que nos conduz à reflexão sobre os dispositivos ocidentais de pensamento que atuam sobre a própria experiência de temporalidade atravessada nas iniciativas de preservação de bens culturais. Falamos de um variado leque de agentes institucionais do Estado em suas ramificações burocráticas (órgãos, institutos, universidades, etc.), falamos dos organismos supranacionais, de empresas privadas e de economia mista, enfim, de agentes que atuam no âmbito – ainda que nem sempre com dedicação exclusiva – do patrimônio e que exercem poder sobre as dinâmicas patrimoniais.

Essas relações em jogo parecem afirmar a agenda da modernidade, sugerindo, ou mesmo reificando, a importância de mecanismos, instituições, normas e valores, voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico. O mundo, por essa perspectiva,

parece ser percebido em sua experiência de *modernidade*, ainda voltado para o investimento na organização racional da sociedade que lança mão do conhecimento científico do espaço social para controlá-lo, explorá-lo, o que inclui, entre outras coisas, o controle da natureza e a elaboração de leis. As sociedades – ou parte predominante das sociedades conhecidas – se organizam como Estado-nação, o que implica na manutenção e reprodução das instituições modernas de cidadania e democracia política (QUIJANO, 2005) que (re)afirmam valores e códigos: organizações que detêm o poder de controlar, orientar, criar ou eliminar valores, forças, vidas, forjando contradições e paradoxos que impregnam a experiência de tempo e espaço compartilhada por homens e mulheres nas mais diversas áreas da prática e do saber.

Se recorremos a Edgardo Lander (2005), para refletir o tema do patrimônio a partir do contexto histórico-cultural de formação do ambiente intelectual das disciplinas relacionadas à Teoria Social, pensamos, portanto, numa possível relação do tema com os pressupostos fundacionais edificantes dos conhecimentos sociais modernos. Na visão do autor, a formação disciplinar implicou na afirmação da superioridade dos conhecimentos da sociedade ocidental moderna (em sua racionalidade científica) em relação ao demais conhecimentos produzidos em outros territórios. As categorias, conceitos e perspectivas se converteram em universais para a análise da realidade: uma construção eurocêntrica que passou a organizar a noção de tempo e espaço tomando a si mesma como régua de análise. Para Lander, a confiança na possibilidade de um conhecimento certo, objetivo, com base empírica, fez desenvolver a cultura do conhecimento dos especialistas treinados na tradição ocidental, relegando o conhecimento dos "outros" – os não-especialista – à categoria subjetiva de "conhecimento tradicional".

Anibal Quijano (2005), nessa mesma perspectiva de pensamento, interpreta que as formas coloniais de dominação permaneceram através das culturas coloniais, das estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial, mantendo-se uma situação colonial ainda que sem uma administração formalmente colonial, através dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana. Sua leitura abarca, portanto, a existência de um padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e centrado num Norte global, ainda presentes na nossa existência contemporânea. Quijano compreende a perspectiva eurocêntrica, no que diz respeito à experiência histórica latino-americana, como um espelho que distorce o

que reflete: ainda que a América Latina tenha muitos traços europeus, ela é, todavia, profundamente distinta. Nesse sentido, segundo ele, o conhecimento que não identifica e não **se** identifica às particularidades reais dos problemas desse território, acaba tendo dificuldades de construir soluções particulares a ele.

> Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida (QUIJANO, 2005: p.118).

Considerando os diferentes campos de ação (que se cruzam ou não) que mobilizam forças e recursos públicos e/ou privados voltados à manutenção permanente de bens evocativos da memória e da história de grupos sociais, podemos pensar nas lutas de representação travadas entre diferentes setores e áreas no campo do patrimônio, o que coloca em evidência as tensões e disputas, as práticas corporativistas, o monopólio decisório e as reservas de mercado de trabalho.

Recorrendo a alguns autores europeus comumente utilizados no campo, traçamos uma suposta "origem" geopolítica do tema. A partir desses estudos é possível relacionar diferentes agentes fundamentais no processo de construção ocidental do patrimônio, tais como os Estados Nacionais e os museus. Interessa mencionar os trabalhos de François Choay (2006) sobre a ligação entre a palavra e as estruturas familiares, econômicas e jurídicas presentes em sociedades que a autora denomina como "estáveis". Para ela, a acepção do termo patrimônio articulou-se à ideia de herança, mas sofreu expressivas alterações ao longo do tempo, exibindo trajetórias suscetíveis às influências de Estados, museus, mídias, entre outros. A autora recorre às mudanças culturais europeias a partir do século XV para discutir o interesse de artistas, eruditos ou antiquários por vestígios de épocas passadas, com destaque para estes últimos cujo ofício do inventário e da catalogação "[...] anteciparam o trabalho dos historiadores, dos arqueólogos, dos historiadores da arte e dos primeiros etnógrafos do século XIX" (CHOAY, 2011, p.24).

Nessa perspectiva sobre a construção semântica do termo "patrimônio" nas sociedades ocidentais, Dominique Poulot (2009) oferece uma análise sobre a evocação e o poder dessa palavra num tempo que ele próprio chama de "nossa atual modernidade" (POULOT, 2009, p.9). O autor se refere à relação entre acúmulo de

vestígios e o fluxo de produção contemporânea de artefatos, processo no qual se destacam aqueles objetos ou práticas que parecem sancionar a passagem acelerada do tempo. Sobre esse movimento, Poulot identifica esforços públicos e privados que se articulam a desafios ideológicos, econômicos e sociais pelo reconhecimento ou apropriação do que se procura entender como patrimônio. É daí que ele afirma que "[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio" (POULOT, 2009, p.12). E aqui é possível pensar que o autor se refere a falas e práticas – de preservação – as quais, articuladas, ajudaram e ainda ajudam a construir/reconstruir sentidos e apropriações para determinados bens culturais sob códigos hegemônicos.

François Choay (2006) também discorre sobre a universalidade do sistema ocidental de pensamentos e valores no que diz respeito ao patrimônio, calcada no grande projeto filosófico e político do Iluminismo, construindo uma ideia de universalidade no que tange aos conceitos, aos critérios, aos códigos de conduta, aos parâmetros técnicos, entre outros. Nesse sentido é interessante pensar, por exemplo, no amplo esforço de algumas arenas supranacionais – como a UNESCO, o ICOM e o ICOFOM[2] - que operam com o patrimônio no sentido de estabelecer uma padronização terminológica ou de orientar ações de preservação. No caso dos museus, observa-se o complexo trabalho de debate e construção de termos por parte de comitês internacionais multidisciplinares, os quais dedicam-se à reflexão exaustiva do campo museal. A operacionalização dos conceitos formulados por essas arenas demanda conhecimento e acesso à linguagem especializada, o que acaba por limitar os agentes envolvidos nas ações de musealização, em especial quando se trata de iniciativas populares de preservação do patrimônio. É preciso considerar também a predominância de determinados idiomas nesses debates – como o francês e o inglês -, o que interfere no resultado dos trabalhos executados, considerando que as

[2] A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi criada em 1946 em acordo de cooperação de diferentes países na ocasião da Segunda Guerra Mundial. O Conselho Internacional de Museus (ICOM), organização internacional sem fins lucrativos, foi fundado naquele mesmo ano por profissionais de museus oriundos de diversos países, estabelecendo relações formais com a UNESCO em atividades de discussão, produção e divulgação de conhecimento sobre museus e Museologia. O Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM), por sua vez, foi criado em 1976 e desde a sua fundação foi formado por membros de todos os continentes que se encarregam de pesquisar e estudar as bases teóricas da Museologia enquanto disciplina científica independente. Ainda que não seja a intenção deste artigo, interessa questionar a relação de países que as compõe, a presença de agentes do Sul global e o poder decisório/consultivo de cada um deles frente a situações variadas, principalmente aquelas que digam respeito ao trato de patrimônios de países vítimas de processos de colonização.

especificidades culturais que se materializam na língua desdobram-se na estruturação do pensamento.

François Choay (2006) contribui nessa reflexão sobre a constituição da ideia de patrimônio articulada ao pensamento científico – este enquanto régua que ainda dita oficialmente as ações de preservação ao redor do mundo, assumindo uma perspectiva "universal" - quando destaca, por exemplo, a Assembleia Geral da Unesco, realizada em 1972, em que ficou definido que o critério para a patrimonialização mundial dos bens seria o valor excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. Segundo Choay, "[...] estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamentos e valores quanto a este tema" (CHOAY, 2006, p.208). Tratava-se, na conjuntura, da construção de uma espécie de identidade genérica – a chamada "Humanidade" que nomeia, portanto, o "Patrimônio da Humanidade" – cujos fundamentos seriam identificáveis por critérios especializados, todos calcados nos fundamentos das ciências herdadas das Luzes: "[...] inscreve-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo: vontade dominante de 'democratizar' o saber, de torná-lo acessível a todos [...]" (CHOAY, 2006, p.89). Sendo assim, a Unesco, com sede na Europa, deu o tom sobre a universalidade do patrimônio, reafirmando o discurso europeu da competência: "[...] uma diligência particular, própria da cultura europeia, é elevada a universal cultural" (CHOAY, 2011, p.44).

Ao analisar os primeiros grandes encontros supranacionais que trataram o tema da patrimonialização, François Choay (2011) destaca que nas Conferências de Atenas, em 1931, e de Veneza, em 1964, os países signatários eram na maior parte europeus – exceto pelo encontro de Veneza, que contou com a participação do Peru e México. Segundo a autora, tais arenas foram marcadas pela massiva presença de arqueólogos, historiadores da arte, arquitetos etc., constituindo a tradição da presença/discurso de especialistas na elaboração dos documentos supranacionais. Tais eventos-arenas formalizaram Cartas seladas pelo discurso técnico, discurso esse que, desde então, trata como universal os critérios, modelos e as categorias definidos pelos europeus para o campo do patrimônio (CHOAY, 2011). Uma espécie de colonialismo técnico que passou a conduzir o campo do patrimônio e a definir as práticas de preservação.

Nessa perspectiva é possível pensar que a referida tradição erudita contribuiu na formação de nichos de mercado e monopólios de atuação profissional, legitimados pelos discursos voltados à qualificação do patrimônio e pela atuação de instituições de pesquisa, universidades e agências estatais. Se pensarmos nas atividades de

conservadores e restauradores que fazem uso de laboratórios institucionais e seus equipamentos especializados, visualizamos um quadro em que as análises instrumentais demandam não apenas o conhecimento específico da tecnologia operada e sua calibração, mas uma específica articulação entre as perguntas traçadas pelo analista e o equipamento utilizado[3]. Ou seja, no caso da conservação e restauração, por exemplo, a figura do especialista reforça a exclusividade da ação sobre o bem e da sua leitura, da sua interpretação/valoração. No âmbito da restauração, autores como Cesari Brandi (2000) e Chris Caple (2003) acabam por reforçar a importância da atuação do profissional especializado e o caráter científico do campo do patrimônio, contribuindo para uma lógica hierárquica de relações e princípios que envolvem o conhecimento universitário e a atuação profissional reconhecida (legitimada) por pares.

Dominique Poulot (2009) propõe uma discussão sobre o campo do patrimônio a partir da figura do especialista e do mercado que legitima a existência e a atuação deste profissional:

> Ao exigir uma redefinição científica e, ao mesmo tempo, um novo estatuto para os objetos visados, cada reivindicação de um novo registro no patrimônio suscita também mercados especializados – o da restauração e o do tratamento. A ideia de um reservatório de empregos e de habilidades amplamente disponíveis em torno da temática do patrimônio, e, se for o caso, exportáveis na área de influência de cada nação, esteve assim particularmente presente na Europa nos últimos anos (POULOT, 2009: pp.32-33).

O autor traça uma análise da dinâmica contemporânea europeia segundo a qual a preservação do patrimônio serve-se dos "[...] saberes eruditos, especializados, suscetíveis de legitimar tal intervenção, tal restauração, tal inventário, ou de combatê-los – capazes também de acompanhar uma mobilização cívica ou ideológica" (POULOT, 2009, p.24).

Poulot (2009) discorre sobre a história da proteção do patrimônio em seu esforço de enaltecer o labor da ciência e os avanços da instrução pública, articulando-se às profissões de fé e aos usos comemorativos dos bens culturais. Segundo ele, a

[3] No campo profissional, a confiabilidade dos laboratórios depende das metodologias que ele utiliza e dos resultados que ele produz. Daí a importância atribuída à relação entre o analista e o equipamento que ele opera, uma vez que os resultados são produto das leituras estabelecidas dessa relação: trata-se de respostas oferecidas pelo maquinário que precisam ser interpretadas à luz da linguagem técnica. As informações obtidas dessa análise contribuem para o conhecimento do objeto analisado, agregando dados quantitativos e qualitativos que servem como referência para as intervenções a serem realizadas nos bens.

canonização do objeto cultural patrimonializado dependeria da aceitação desse objeto pelo grupo de especialistas capacitados para conferir-lhe legitimidade, e com efeito coincidem amplamente com a tradição erudita. Nesse sentido, os séculos XVIII e XIX, para o autor, foram momentos estratégicos para a elaboração de cânones, repertórios e catálogos, e, especificamente, à instalação de museus. Daí percebe-se a gênese da leitura erudita do patrimônio empenhada em compreender as antiguidades nacionais enquanto desafio intelectual e político. No século XVIII, segundo Poulot, a erudição era sinal de pertencimento a uma comunidade moral – reivindicação da verdade e da autoridade – sendo as convenções e categorias de análise capazes de estabelecer regras de fiabilidade e critérios de crença – atestando saberes apropriados para validar o depósito de indícios do passado (POULOT 2009, p.83).

Sobre um dos agentes a compor o campo do patrimônio, Dominique Poulot (2013) faz provocativas considerações acerca dos museus e sua ligação com o eurocentrismo. O autor faz uma genealogia do desenvolvimento da instituição museu e sua relação com o território, tratando de desafios, paradoxos e dialéticas. Para ele, a pesquisa erudita é a finalidade das aquisições, das exposições e de toda a atividade documental. Desde o século XIX o termo "museu" designa uma realidade institucional *strictu sensu* que ilustra perspectivas de um saber universal, guiado por uma missão de instrução pública. A autoridade do museu, segundo o autor, dependia [e de certa forma ainda depende, se pensarmos nas práticas de conservação executadas em reservas técnicas] de "[...] seu domínio de um saber positivo, do qual se serve eventualmente para tomar a dianteira em relação a colecionadores particulares ou a museus de outros países" (POULOT: 2013, p.63).

Sendo assim, autores recorrentemente referenciados no campo do patrimônio atribuem à Europa, a partir da experiência da modernidade, o processo de concepção sobre o patrimônio cultural e sua preservação (MARTINS, 2014) – articulado à necessidade crescente de se preservar as cidades e seus bens culturais que diziam respeito à memória social / coletiva (idem, 2014). Sandra Martins (2014), baseada em F. Hardman (1988) conclui, daí, que a monumentalidade seria a expressão característica da modernidade no que diz respeito às representações de ideologias e culturas dominantes. Entende-se, portanto, que é reconhecendo a modernidade que é possível mobilizar o esforço para desnaturalizá-la e desuniversalizá-la, o que implica em considerar a modernidade como um fenômeno cultural e histórico específico do ocidente. Somente assim se compreende possível fazer aparecer o colonialismo como

dimensão constitutiva da experiência histórica, a partir da qual subordinou-se territórios, recursos e saberes (LANDER, 2005) e que parece reverberar com expressividade no campo do patrimônio.

Cabe citar Mário Chagas (2005) quando o autor afirma a existência de uma relação intrínseca entre patrimônio e poder a partir da relação de propriedade material, espiritual, econômica ou simbólica e a sua vinculação à ideia de preservação (CHAGAS, 2005, p.207). Esta, segundo Chagas, se revela como uma prática social utilizada na construção de narrativas universais mascaradas por discursos pretensamente positivos, científicos e objetivos.

> A noção moderna de patrimônio e suas diferentes qualificações, assim como a moderna noção de museu (casa de memória e poder) e suas diferentes tipologias, não têm mais de duzentos e cinquenta anos. Filhas do Iluminismo, nascidas no século XVIII, no bojo da formação dos Estados-Nação, elas consolidaram-se no século seguinte e atingiram com pujança o século XX, provocando ainda hoje inúmeros debates em torno das suas universalidades e das suas singularidades, das suas classificações como instituições ou mentalidades de interesse global, nacional, regional ou local (CHAGAS, 2005: p.209)

2 - Patrimônio e legitimidade

No bojo desse debate sobre modernidade e patrimônio, observa-se que o tema vem ocupando a agenda de algumas disciplinas, mobilizando esforços nos debates que envolvem as definições conceituais e a operacionalização do termo. São muitas as áreas e os agentes mobilizados nessa expansão extraordinária de sentidos sobre o patrimônio; expansão atravessada por interesses e modos de compreender que conduzem e são conduzidos por modos de ser, fazer e ver o mundo: o termo patrimônio evoca as disputas disciplinares e institucionais, os discursos negociados ou suplantados que reivindicam o poder – ou até mesmo exclusividade – de definir e decidir sobre nomeação de bens culturais como patrimônio de coletividades.

Como escolher, portanto, o que "merece" ser patrimonializado e, consequentemente, preservado? Quem é "capaz" de definir o que merece ser legado às próximas gerações? Seria possível escolher, selecionar um bem para nomeá-lo como patrimônio sem que o processo de institucionalização passe pelo crivo do agente especialista? Esse processo institucional depende exclusivamente da existência da figura desse especialista?

Não se pergunta ou analisa, aqui, os conhecimentos exigidos ou considerados relevantes para o técnico do patrimônio, nem mesmo a consciência que este técnico teria sobre sua ação ou sobre os efeitos dela. O objetivo não é responder a tais perguntas [por considerar que não há respostas definitivas, estanques, para elas], mas refletir sobre a importância de fazê-las, sobre a necessidade de pensar dinâmicas que definem o que é patrimônio e como o mesmo deve ser tratado.

Aqui, revela-se interessante citar uma anedota australiana comentada por Dominique Poulot (2013) a respeito de aborígenes que, em posse de fundos para construir um museu para lidar com seu acervo material de objetos sagrados edificaram, ao contrário, um depósito hermeticamente fechado para a surpresa de especialistas. Segundo Poulot, essa anedota revelaria os "[...] receios diante da reivindicação dos usos tradicionais – ou tradicionalistas – de artefatos conservados e expostos, outrora, segundo a lógica museal clássica. Diversos episódios semelhantes, segundo parece, remetem a uma situação pré-museal em que objetos confiados 'de novo' a suas comunidades 'de origem' acabam por desaparecer para os 'estrangeiros'" (POULOT, 2013, p.116). Tal anedota serve para ilustrar, contudo, uma espécie de cultura de "legitimação da posse" de bens culturais de diferentes territórios do planeta por parte de sociedades europeias, fundamentada no conhecimento especializado para lidar com bens culturais no sentido de garantir que suas condições materiais perdurem ao longo do tempo. No caso da França é possível até pensar na gênese desse sentimento de legitimidade sobre a apropriação de bens de outras culturas e o papel dos museus na manutenção dessa lógica de propriedade. Segundo Poulot, a construção dos primeiros museus franceses se baseou no confisco do clero e dos nobres que haviam emigrado durante a Revolução. Eles nasceram, portanto, de uma relação com o Estado e, sob a Revolução, se consolidaram pela afirmação dos direitos humanos articulada à reivindicação aos acessos às obras de arte "[...] como se tratasse de um direito legítimo ao qual a República deve satisfazer de maneira eficaz e equitativa, em nome de uma fruição" (POULOT, 2013: p.85).

A partir da fala de Dominique Poulot sobre a construção do patrimônio na França identifica-se na Revolução Francesa a consolidação do termo patrimônio associado às instituições de leis com intento de proteção daquilo que simbolizaria o passado. Tomando como referência essa ideia, é possível perceber muitas semelhanças com a construção do patrimônio no Brasil: ligado ao atributo da soberania e à constituição de um Estado-Nacional moderno. Para isso o campo

serviu-se de saberes eruditos, especializados, suscetíveis de legitimar ações sobre bens culturais numa tentativa de reorganização racional das manifestações humanas num projeto de civilidade. Nessa perspectiva, a literatura conhecida comumente reconhece o embrião das políticas de preservação brasileiras no Movimento Modernista das décadas de 1920 e 1930, tendo a construção de uma noção de patrimônio ligada à modernidade em termos globais e locais.

Se Dominique Poulot chama atenção para as condutas, as estratégias e a cultura pública que se desenvolvem no seio do museu (em seu vínculo com associações eruditas e com outros poderes, como o do Estado) a partir das relações com objetos específicos que representam experiências do mundo e se revelam instrumentos de conhecimento e atividade social "de valor", podemos concluir que essa prática de "legitimação da propriedade" desenvolvida no espaço do museu, de certa forma, revela-se como legitimadora da cultura europeia (enquanto aquela com os requisitos "necessários" para falar e atuar sobre bens culturais que denomina como patrimônio). Ou seja, uma cultura que legitimamente tem condições de expor ao mundo os objetos e falar sobre o mundo, operando ferramentas e dispositivos que ela própria considera adequados a essa comunicação, utilizando-se exclusivamente como régua para sua própria auto-referência.

Falamos aqui, portanto, de agentes de um campo cuja dinâmica é operada por instrumentos jurídicos, documentos burocráticos, alocação de recursos e execução de uma série de outras atividades que orientam ações diretas e indiretas sobre bens culturais, o que pode vir a influenciar leituras e interpretações sobre o mundo. Sendo assim, consideramos a importância do conjunto de agentes que operam no campo do patrimônio e suas condições de atuação dentro de lógicas de institucionalidade.

Na perspectiva da pesquisadora Sônia Aparecida Nogueira (2013), a própria vinculação da ideia de patrimônio a um estatuto jurídico revela-se como produto de uma cultura ocidental moderna, fruto do enfrentamento da sociabilidade burguesa perante o passado e a memória social. Nesse sentido, os instrumentos de proteção/salvaguarda do patrimônio configuram-se como parte importante do processo de (co)existir no mundo em contraposição às demais "culturas do mundo", dentro das relações sociais de produção. Ou seja, partindo da escolha – oficial – sobre o bem cultural a ser nomeado como patrimônio – patrimonializado -, suscita-se a mobilização dos referidos instrumentos jurídicos e burocráticos, os quais incidem sobre determinadas atividades privadas e públicas no sentido de garantir a

continuidade do patrimônio no tempo. O trabalho especializado parece, então, adquirir especial importância: as demandas, os limites e os interesses forjados nas suas atividades cotidianas, até mesmo as burocráticas, acabam exercendo influência direta e indireta nos sentidos atribuídos aos bens.

No Brasil, a transposição dessa relação institucionalizada com bens culturais pela via da patrimonialização teve, assim como a França[4], especial protagonismo do Estado. Os bens instituídos como patrimônio resultaram de decisões oficializadas pelo corpo burocrático do Estado em diferentes períodos a partir do século XIX. Os museus brasileiros tiveram papel preponderante nesse sentido, abrigando artefatos no intuito de torná-los referências para uma ideia de cultura (CHUVA, 2009). Márcio Rangel (2010) e Regina Abreu (2007) também ressaltam a contribuição dessas instituições para a formação de campos de conhecimento que se dedicaram ao trato e à pesquisa sobre o patrimônio. Nessa perspectiva, destaca-se, no Brasil, a atuação do Museu Nacional (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (criado em 1871) e o Museu Paulista (inaugurado em 1895), os quais, para Abreu, contribuíram para a formação da Antropologia no Brasil; e destaca-se também o Museu Histórico Nacional (MHN - criado em 1922) que, de acordo com Rangel, foi responsável pela institucionalização da Museologia no Brasil. Importa mencionar a importância do MHN para a história da ação estatal sobre o patrimônio: a instituição abrigou a Inspetoria de Monumentos Nacionais, instalada pelo Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934, que se revelou como a primeira agência do Estado, em nível federal, a tratar das questões relacionadas ao patrimônio anterior ao primeiro instituto dedicado ao tema – o SPHAN[5], criado em 1937. Ainda de acordo com Rangel, a Inspetoria teve como principal objetivo impedir que fossem expatriados objetos históricos a partir do comércio de antiguidades, além de proteger edificações monumentais suscetíveis às reformas urbanas executadas num contexto de modernização das cidades.

Rangel (2010) ainda ressalta a importância de se considerar a instalação da primeira entidade administrativa nacional voltada ao trato do patrimônio – a Inspetoria – num espaço onde funcionava o Curso de Museus. O MHN, através deste

[4] Importa ressaltar a contraposição que Choay (2006) faz da prática francesa com a prática inglesa: a primeira com foco nas responsabilidades do Estado e a segunda articulada às responsabilidades e iniciativas individuais e privadas. Márcia Chuva (2009), por sua vez, destaca a legislação francesa como inspiradora de projetos de lei brasileiros que antecederam o Decreto-lei nº25, os quais tiveram como referência o Estado enquanto figura responsável pela tutela do patrimônio cultural nacional.

[5] Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o qual tornou-se posteriormente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

curso, se tornou responsável pela formação de profissionais que viriam a atuar em organismos internacionais – tais como o ICOM e o ICOFOM – e nos principais museus públicos brasileiros. Estes últimos, de acordo com o autor, foram mencionados no anteprojeto de lei elaborado por Mário de Andrade em 1936 – o qual se desdobrou posteriormente no decreto-lei nº 25 instituído em 30 de novembro de 1937 – sendo articulados aos quatro livros de tombo referentes à proteção do patrimônio brasileiro: o Livro Arqueológico e Etnográfico, o Livro Histórico, o Livro de Belas Artes, o Livro de Artes Aplicadas e o Livro de Tecnologia Industrial.

Aparentemente esses processos estiveram historicamente relacionados com os intelectuais no Brasil, no campo do patrimônio, cujas escolhas e decisões revelaram-se cruciais na orientação das ações de preservação: "Os intelectuais que estão direta ou indiretamente envolvidos em uma política de preservação nacional fazem o papel de mediadores simbólicos, já que atuam no sentido de fazer ver como universais, em termos estéticos, e nacionais, em termos políticos, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva e de um lugar no espaço social" (FONSECA: 2009, p.22).

Pensar o Patrimônio no Brasil significa olhar e compreender os interesses de Estado e de uma parte dos profissionais que estão assentados nas burocracias estatais. Márcia Chuva (2012) oferece uma leitura sobre o campo político do patrimônio a partir da História, e relembra, igualmente, o monopólio dos intelectuais sobre a interpretação dos fatos e da realidade no campo do patrimônio no Brasil dos anos de 1930. Segundo a autora, tal papel fora desempenhado pelos modernistas – desde os anos de 1920 – com sua hegemonia sobre as publicações e sobre o espaço intelectual, e a partir daí novas disciplinas e novos nichos de atuação foram tornando o campo do patrimônio cada vez mais plural, abarcando um amplo universo de agentes, bens e práticas. Não se tratava de um intelectual ou um burocrata qualquer; eles eram reconhecidos e, em geral, eram profissionais presentes no próprio aparelho público e falavam através de instituições sociais legítimas. Estabeleciam um modelo relacional e interdependente entre intelectuais e o Estado na produção de discursos legítimos para explicar e orientar ações e definições materiais e simbólicas fundamentais para segmentos da sociedade. Por outro lado, essa pluralidade não garantiu de fato uma polifonia e polissemia, mas de forma contraditória foi evidenciando disputas de diversas áreas pelo predomínio das interpretações do campo, constituindo reservas de mercado de trabalho, práticas corporativistas e isolacionismos.

Na discussão sobre a temática patrimonial, Márcia Chuva (2013) destaca a importância de se pensar a articulação entre a expansão da noção de patrimônio (assim como o exercício) e as práticas de preservação. Para a autora, a reflexão sobre os processos de escolha dos bens a serem preservados e os atores com legitimidade de escolher e atribuir valor a esses objetos colocam em jogo os saberes e as práticas. Segundo ela, é preciso realizar um exercício de historicização radical e profunda capaz de reconstituir os jogos de força e as lutas por classificações como um caminho possível para que se instaure uma nova prática preservacionista: uma prática mais plural, polifônica.

Pensemos em uma mostra de objetos tombados num museu. A operação comum de exibição das peças cumpre regras e princípios museográficos que ajudam na construção e validação da importância dos bens ali exibidos. É possível interpretar que a própria seleção das peças a serem expostas, *a priori*, se fundamentaria, sob o aspecto do julgamento, da seleção, nos esquemas *bourdieuanos* de reprodução. Por esse viés, é possível pensar que um curador, ao selecionar os bens os quais necessita para compor uma mostra, conta não apenas com a *expertise* de um conjunto de especialistas – tais como o museólogo, o conservador, o restaurador – para reafirmar a importância das peças por ele selecionadas, mas também para reconhecer seu poder de julgamento. Tal movimento confirma, por outro lado, a legitimidade das posições do museólogo, do conservador, do historiador, restaurador etc., nessa cadeia de relações. O museu, por fim, faz-se valer dessa mesma lógica para validar sua coleção e reafirmar a importância dos julgamentos tomados sobre a coleção constituída, fechando uma espécie de sistema circular de reconhecimento mútuo, de complementaridade e retroalimentação: a reprodução. No caso das patrimonializações, as decisões tomadas por historiadores, arquitetos, arqueólogos, geógrafos, entre outros especialistas, na formalização de dossiês de tombamento e registro, respaldam-se umas às outras, confirmando esse semelhante círculo de reconhecimento e manutenção das posições ocupadas.

Nessa perspectiva, a reflexão sobre a escolha, o julgamento, que ressignifica bens e lhes atribui estatuto diferenciado, nos permite pensar que o trabalho do curador se articula ao ofício do museólogo, do conservador, do restaurador, do historiador, do arquiteto, entre outros, cujas operações voltam-se à manutenção de esquemas compartilhados de ação, de expressão, de concepção, de imaginação e de percepção. As atividades desses sujeitos, profissionais do campo, não servem apenas

ao público, mas ao conjunto de especialistas que são também concorrentes, em uma busca constante por legitimação cultural que lhes permite acreditar na competência, por exemplo, de elaborar narrativas que criam representações sobre comunidades e etnias.

Nesse sentido, importa lembrar as relações que esses agentes e os sistemas classificatórios e hierarquizadores estabelecem com outras instâncias de legitimação, tais como as universidades e as agências de fomento, sem as quais, de acordo com Pierre Bourdieu (1982), não é possível compreender inteiramente o funcionamento do campo de produção e circulação de bens culturais. O julgamento dos agentes sobre os bens, portanto, parece (re)afirmar um sistema de legitimação de valores e relações advindos de racionalidades técnico-científicas.

Maria Cecília Londres Fonseca (2009) recorre ao conceito de "poder simbólico" trabalhado por Bourdieu enquanto referência para pensar o poder dos agentes do patrimônio e sua capacidade de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e de ação sobre o mundo. Segundo Fonseca, tais agentes teriam, através das palavras e seu respectivo suporte jurídico, a legitimidade, o poder de manter a ordem ou a subverter, sustentando-se na crença da legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia. A palavra e aquele que fala são ou possuem poder e capacidade de organizar. Entende-se, portanto, a importância assumida pela figura do especialista, cujo arcabouço intelectual, subsidiado pelo discurso, faz parecer universal o patrimônio, em uma espécie de movimentação para a manutenção da ordem erudita hegemônica. Nesse sentido, a neutralização das disputas de sentidos ganha legitimidade exatamente pela ideia de "competência" que sustenta a (atu)ação desse sujeito especializado que se coloca como agente "capaz" de tratar de bens culturais.

Contudo, é preciso considerar que as escolhas e decisões sobre a patrimonialização também são atravessadas por valores religiosos, por posicionamentos político-partidários, por papéis e definições de gênero, entre outros. Nesse sentido, a efetiva decisão sobre a nomeação e a preservação de determinados bens em detrimento de outros envolve, também, sujeitos que projetam interesses e demandas – de cunho privado e até mesmo subjetivo – que nem sempre passam pelo crivo do especialista. Ou seja, outras questões podem conduzir a decisão de agentes sobre a preservação, por exemplo, de uma determinada celebração ou um templo em detrimento de outras manifestações e lugares relacionados a diferentes matrizes de

pensamento. Daí pensamos o campo do patrimônio, suas estruturas estruturantes e estruturadas, o papel dos seus técnicos-especialistas que, por meio do poder de falar e ser ouvido, distinguem-se de outros agentes que não pertencem ao campo, que não utilizam as mesmas palavras, os mesmos instrumentos, a mesma linguagem especializada. Essa realidade, aparentemente, se produz e reproduz as relações de colonialidade.

Se considerarmos, portanto, as questões que atravessam as disposições dos agentes do campo do patrimônio, como a ordenação do tempo – linear ou aspiral, evolutiva ou não – e a própria ideia de passado, presente e futuro, o mundo social parece apreendido a partir de determinadas estruturas mentais, as quais vão afetar direta ou indiretamente o trato com os bens culturais. O juízo, portanto, revela-se previamente condicionado às estruturas subjacentes aos indivíduos. Nesse sentido, é possível pensar que os juízos são atravessados por questões como a ordenação do tempo, as representações do passado, presente e futuro, forjados aparentemente numa dinâmica geopolítica do saber e do poder. Sendo assim, cabe perguntar: é possível às agências do patrimônio transcender as relações de colonialidade?

3 – Patrimônios possíveis – ou considerações finais

Pensando nessa tradição do discurso competente, do monopólio da figura do especialista que possui condições, ou legitimidade, para avaliar e atuar sobre os bens culturais, os autores acima mencionados nos oferecem subsídios para refletir sobre a construção do campo do patrimônio e a hegemonia de critérios e valores centrada no Norte global.

Mas importa pensar que os julgamentos feitos por agentes considerados competentes para dizer e atuar sobre a esfera do patrimônio não concluem a disputa de sentidos sobre os bens: em diferentes arenas, outros agentes, outros sujeitos, podem desviar seus papéis, deslocar sentidos em suas práticas rotineiras e administrativas, construindo novos lugares enunciativos sobre o patrimônio. A prática carregaria, então, a potência da mudança, ainda que atravessada pelas relações de colonialidade – esta, todavia, oferece outras condições que igualmente podem se materializar como desvios: destacam-se, no Brasil por exemplo, os museus comunitários, as redes de museologia social, os pontos de memória, entre outras iniciativas que procuram estabelecer diálogos e outras tantas articulações possíveis

entre o popular e o erudito, descontruindo fronteiras da linguagem e da ação/concepção patrimonial numa tentativa de intensificar – em alguns casos até mesmo radicalizar – a democracia. Também é preciso lembrar dos conselhos de políticas culturais, os conselhos de patrimônio e outras variantes dessa arena nas esferas municipais, estaduais e na esfera federal, as quais, em tese, possibilitariam a ampliação da participação social na configuração de políticas públicas de patrimônio (SOUZA & MORAES, 2014).

Nesse sentido, parece necessário enfatizar trabalhos e pesquisas que se debruçam sobre esse tema na expectativa de pensar novas possibilidades para o trato dos bens culturais. Pesquisas essas que provoquem inquietações acerca dos paradigmas com os quais sustentamos nossas práticas e teorias acerca do patrimônio. Que considerem, até mesmo, refletir sobre a apropriação desse termo e sua instrumentalização na manutenção de sistemas hegemônicos de códigos e valores.

Nessa perspectiva, cabe lembrar a disposição de Márcia Chuva (2012) em discutir a possibilidade de constituição de novos paradigmas para a preservação do patrimônio cultural. A autora nos provoca a historicizar os valores atribuídos aos bens culturais, considerando-os como produção humana, em vez de tratá-los como algo intrínseco aos bens ou permanentes no tempo e espaço. Dessa forma, ela destaca a importância de se pensar que os sentidos e significados atribuídos são contextuais, e se referem a paradigmas de áreas de conhecimento, a noções e categorias operadas e legitimadas por grupos que se revelam responsáveis, ou se consideram aptos, à seleção e à preservação de bens culturais.

No âmbito dos museus, Márcia Chuva destaca a necessidade de se levar essa reflexão para os processos de composição de acervos diante do excesso de memórias em busca de reconhecimento. Para ela, a inclusão infinita de bens culturais na categoria de patrimônio cultural parece configurar-se como uma espécie de estratégia para lidar com a exclusão de vozes que falam sobre o patrimônio, estratégia essa que é incapaz de resolver os históricos problemas de marginalização, os preconceitos, os silenciamentos e apagamentos de memória (CHUVA, 2013).

Letícia Julião (2015), por outro lado, destaca a necessidade de se colocar em pauta uma perspectiva crítica à descolonização nas pesquisas que se referem ao campo do patrimônio, em especial aos museus e coleções. Segundo ela, é preciso questionar as dinâmicas estabelecidas para superar a narrativa hegemônica que identifica a Europa como detentora exclusiva da origem da ideia e das práticas

museais. Isso implicaria em "[...] reconhecer a ocorrência em culturas não europeias de práticas que delineiam expressões de preservação do patrimônio diferenciadas das formas convencionais consagradas pelo mundo ocidental" (JULIÃO, 2015: p.9). Para ela, os museus revelam-se como uma grande potência de transformação, uma vez que sua autoridade de fala poderia ser instrumentalizada para a construção de novas narrativas e outras práticas capazes de superar as invisibilidades de comunidades e de seus sistemas de conhecimento.

Tais reflexões oferecem subsídios para discutirmos, entre outras coisas, questões referentes à repatriação de objetos, algo que tem ocupado cada vez mais a agenda de museus europeus. Muitos deles, importa destacar, foram criados para evitar a dispersão de objetos e para abrigar e conservar coleções de bens apropriados de outros territórios, orientando-se pelo princípio da inalienabilidade – este fundamentado na ideia de legitimidade da posse, da conservação e da comunicação ao público. Nesse sentido, os museus acabam por representar a hegemonia dos sistemas europeus de preservação em relação a outras culturas que reivindicam a devolução de seus bens culturais.

Trata-se, portanto, de um jogo político, o jogo da preservação, que evoca a necessidade de novas e outras perspectivas sobre o patrimônio, partindo de ações críticas sobre teorias e práticas, sobre instituições e modelos que exercem influência direta na atuação de profissionais dedicados ao trato dos bens culturais, em especial os especialistas que formam o corpo técnico de museus e de institutos de preservação nos mais variados continentes. São urgentes as provocações teóricas que possam repensar as dinâmicas do campo, os princípios e suas hierarquias que orientam ações de preservação; teorias que deem conta das singularidades territoriais e suas múltiplas linguagens, que dialoguem com grupos comumente marginalizados no debate: teorias do Sul global

Precisamos compreender experiências e memórias a partir de outras perspectivas, desconstruindo o tradicional fluxo de forças, desnudando as relações de colonialidade e, quem sabe, abrindo espaço para outras epistemes.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. "Museus, patrimônios e diferenças culturais." *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário S. & SANTOS, Myrian S. *Museus, Coleções e Patrimônios*: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o Giro Decolonial*. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, nº11, pp. 89-117, maio/ago. 2013.

BOURDIEU, Pierre. "O mercado de bens simbólicos." *In:* _____. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 79-181.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Razões Práticas* – sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
BRANDI, Cesare. *Teoria de la restauración*. Madri: Alianza Ed., 2000.

CAPLE, Chris. *Conservation Skills* - judgement, method and decision making. London: Routledge, 2003.

CHOAY, François. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. "Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil." *In*: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). *90 anos do Museu Histórico Nacional*: em debate. Rio de Janeiro: 1 ed., Museu Histórico Nacional, v. 1, p. 195-208, 2013.

_____ . *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, p. 147-166, 2012.

_____. *Os arquitetos da memória* - Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

CONNELL, Raewyn. *A iminente revolução na teoria social*. São Paulo: Rev. bras. Ci. Soc., v. 27, n. 80, p. 09-20, out. 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo* – trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo apud CURY, Marilia Xavier. *Comunicação Museológica:* Uma Perspectiva Teórica e Metodológica de Recepção. Tese apresentada à Área de Concentração: Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutora em Ciências da Comunicação. São Paulo, 2005.

HARDMAN, F. *O Trem Fantasma* - A modernidade na Selva. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 1988.

HAMLIN, Cynthia; VANDENBERGHE, Frédéric. *Vozes do Sul*: entrevista com Raewyn Connell. Campinas: Cad. Pagu, n. 40, p. 345-358, jun. 2013.

JULIÃO, Letícia. *Museu, Patrimônio e História:* cruzamentos disciplinares. João Pessoa: XVI Enancib - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Anais do XVI Enancib, v. 1. p. 1-15, 2015.

LANDER, Edgardo. "Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos." *In*: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, set. 2005.

MARTINS, Sandra. *A experiência da modernidade e o patrimônio cultural*. REIA-Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, ano 1, volume 1, p.7-29, 2014.

NOGUEIRA, Sônia Aparecida. *A preservação dos bens culturais no contexto do capitalismo tardio*. Niterói: Revista Conhecimento e Diversidade, n. 9, p.107-117, jan/jun. 2013.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RANGEL, Márcio F. "Políticas públicas e museus no Brasil." *In*: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. (Org.). *MAST Colloquia* - O Caráter Político dos Museus. Rio de Janeiro: MCT, MAST, v. 12, p. 119-135, 2010.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina." *In*: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, set. 2005.

_____. "Colonialidade do poder e classificação social." In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, p. 73-119, 2010.

SOUZA, Luciana; MORAES, N. A. *A preservação do patrimônio em Minas Gerais*: a Lei Robin Hood e os conselhos municipais de patrimônio. Revista Sociais e Humanas, v. 27, p. 128-144, 2014.

***

Luciana Christina Cruz e Souza: Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2004. Mestre e doutoranda pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio Unirio-Mast (PPG-PMUS/Mast). Trabalhou como consultora em municípios do Estado de Minas Gerais para a preservação de patrimônios culturais através do ICMS, coordenou as equipes de museologia nos processos de montagem e desmontagem de exposições no Museu de Arte do Rio (MAR) e atuou como consultora/dinamizadora em municípios do Estado do Rio de Janeiro na implementação dos Sistemas Municipais de Cultura.

***

Artigo recebido para publicação em: fevereiro de 2017.
Artigo aprovado para publicação em: abril de 2017.

***

Como Citar:

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Patrimônios possíveis: modernidade e colonialidade no campo do patrimônio. **Revista Transversos. "Dossiê: Vulnerabilidades: pluralidade e cidadania cultural".** Rio de Janeiro, nº. 09, pp. 326-348, ano 04. abr. 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ transversos>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/ transversos.2017.27530.